



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

## RELATÓRIO

### I – OBJETO

Trata-se de **audiência pública** para debater sobre a “**demanda e crise atual do setor público da saúde enfrentada pelos municípios do extremo norte mato-grossense que integram o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Alto Tapajós**”.

### II – LOCAL/DATA/HORA

Local: Plenário da Câmara Municipal de Alta Floresta  
Dia: 16 de março de 2018  
Horas: 19h00min

### III – BASE LEGAL

Artigo 18, inciso V, alínea ‘a’, cc. Artigo 210, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Alta Floresta / Portaria nº 015, de 12 de março de 2018, e o respectivo Edital, expedidos pela presidente da Câmara de Alta Floresta, devidamente publicados no Diário Oficial de Contas – DOC/TCE/MT, à pág. 9 da edição 1319 de 13/03/2018).

### IV – OBJETIVO GERAL

Reunir a sociedade civil e as autoridades para debater a questão, possibilitar a manifestação dos interessados, esclarecer dúvidas, obter dados e receber eventuais contribuições que possam servir de subsídio para as decisões e encaminhamentos.

### V – DESENVOLVIMENTO

Proposta e convocada pelo presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta, vereador Emerson Sais Machado, o encontro foi conduzido inicialmente pela servidora do poder legislativo, Edna Rosana Pinheiro, designada como mestre de cerimônia, a qual deu início às dezenove horas e quarenta minutos a audiência pública.

Contando com a participação de aproximadamente duzentas pessoas, conforme registro de presença, compuseram a mesa principal o presidente do poder legislativo, vereador Emerson Sais Machado, que presidiu os trabalhos; o promotor de justiça da cidadania, Dr. Luciano Martins da Silva; o defensor público da comarca de Alta Floresta, Dr. Túlio Pontes de Almeida; o Vereador Cláudio Souza Franco, o “Claudinho”, 1º Secretário da Câmara Municipal de Carlinda; o Vereador Francisco

f. 1 de 6



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

Antônio Sevallo, presidente da Câmara de Nova Monte Verde; o Vereador Adelino Schmoller, presidente da Câmara de Nova Bandeirantes; e o Sr. José Marcos Santos da Silva, Diretor do Hospital Regional Albert Sabin de Alta Floresta. Na composição dos dispositivos (esquerda e direita da mesa principal) foram convidados os senhores: Vereador Valdecir José dos Santos (Mendonça), 2º secretário da Câmara de Alta Floresta, representando o prefeito municipal; Carmem Martinês, prefeita de Carlinda, os secretários municipais de saúde Thiago Incerti, de Alta Floresta; Sálua Samyra, de Carlinda; Manoel Zufino, de Nova Monte Verde; e José Francisco da Silva (Zé Padre) de Nova Bandeirantes; além disto, a Dra. Nelma Betânia Sicuto, representando o Deputado Estadual Romoaldo Júnior; a Sra. Lenir Gerônimo de Souza, Secretária Executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Tapajós, representando também o presidente do Consórcio; e os membros do Poder Legislativo de Alta Floresta, vereadores: Aparecida Scatambuli Sicuto – Cida; Charles Miranda Medeiros; Elisa Gomes Machado; José Aparecido dos Santos – Cidão; José Elói Crestani; Luiz Carlos de Queiróz; Marcos Roberto Menin; Mequiel Zacarias Ferreira; e Oslén Dias dos Santos – Tuti.

Outras autoridades marcaram presença, bem como representantes de entidades devidamente constituídas, além de alguns vereadores dos municípios vizinhos, imprensa, servidores, e demais presentes, conforme constante do registro de presença, com a assinatura de aproximadamente duzentas pessoas.

Entoado o Hino Nacional Brasileiro, deu-se o esclarecimento dos procedimentos e regras da presente audiência pública, a saber: que a palavra seria dada primeiramente aos representantes das câmaras municipais, por até quatro minutos cada; na sequência os prefeitos, também 4 minutos; os representantes estaduais; e o representante do Ministério Público, com tempo livre. Fora explicado também, que a presente audiência era aberta a todos os interessados, cuja participação poderia ocorrer por escrito, durante a audiência, junto ao servidor competente, conforme preestabelecido. Pediu-se a colaboração de todos, quanto ao tempo estipulado, o tema da discussão, o zelo pelo evento como instrumento político da democracia, sem "*politicagem*", além disto, que não se permitiria condutas desrespeitosas ou com o fim de protelar ou desvirtuar o objetivo da audiência.

Explanado o contexto de realização da audiência, doravante conduziu os trabalhos o presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta, vereador Emerson Sais Machado, qual cumprimentou e agradeceu a presença de todos, lamentando, apenas, que muitas cadeiras asseguradas (mesa principal e dispositivos) estivessem vazias, mas por outro, agradecido pelos que aceitaram o convite, com destaque para o grandioso público. Falou da idealização do presente evento, das visitas aos municípios da região e das inúmeras viagens à capital do estado, conversando, discutindo e protocolando expedientes com o governo, cobrando providências às questões da saúde pública em Alta Floresta, e principalmente, da audiência com o governador onde fizeram uma dura cobrança ao mesmo, explicando que não havia mais

f. 2 de 6



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

possibilidade alguma de espera. Lamentou a dificuldade de, enquanto vereador, marcar uma audiência com o governador, é precisando de um deputado, um prefeito para interceder. Discorreu também sobre sua atuação parlamentar no município, entre outros, apoiando inúmeros usuários que buscam pelos serviços de saúde. Em sua fala, como forma de pedir a força da união dos seis municípios aos problemas, Emerson Machado ainda fez menção à fábula do “feixe de varas”. Expressou ainda, que enquanto representante de Alta Floresta a sua parte ele está fazendo. Pontuou algumas demandas como, as promessas de leitos de UTI, falta de estrutura inerente a uma unidade regional, a questão dos médicos com salários atrasados, os repasses atrasados relativos a atenção básica dos municípios, os repasses ao Consórcio e, na ocasião, disse esperar a intervenção e ações do Ministério Público nesta questão.

Concluída sua fala, o dirigente dos trabalhos, Vereador Emerson, convidou a fazer uso da palavra, por até quatro minutos, os representantes dos poderes legislativos dos municípios que integram o Consórcio Intermunicipal de Saúde, bem como os prefeitos e/ou representantes, a saber: 1º) Vereador de Carlinda, o Sr. Claudio Souza Franco (Claudinho); 2º) Vereador Francisco Antonio Sevallo, de Nova Monte Verde; 3º) Vereador Adelino Schmoller, de Nova Bandeirantes; 4º) Vereador Valdecir José dos Santos, representando o Prefeito de Alta Floresta; e 5º) Carmem Martinês, Prefeita de Carlinda.

Foram destacadas pela direção dos trabalhos, a presença dos pastores evangélicos de Carlinda, Enoque e Fernando, os quais deram relevante contribuição ao transporte da população daquela localidade para prestigiarem a audiência pública.

Na sequência, a palavra foi conferida aos secretários de saúde das cidades que compõem o Consórcio, também por até quatro minutos, a saber: 1º) Dr. Tiago Incerti, de Alta Floresta; Sálua Samyra, de Carlinda; Manoel Zufino, de Nova Monte Verde; e José Francisco da Silva (Zé Padre), de Nova Bandeirantes.

No decorrer do evento, foi reiterado que a presente audiência estava aberta a participação dos interessados, por escrito, junto ao colaborador competente estabelecido no plenário.

Na sequência, a palavra foi conferida aos secretários de saúde das cidades que compõem o Consórcio, também por até quatro minutos, a saber: 1º) Dr. Tiago Incerti, de Alta Floresta; Sálua Samyra, de Carlinda; Manoel Zufino, de Nova Monte Verde; e José Francisco da Silva (Zé Padre), de Nova Bandeirantes.

O vereador Emerson Machado, dirigente dos trabalhos, reiterou **a necessidade de intervenção e ações do Ministério Público**, no sentido de bloquear recursos das contas do governo em favor dos municípios que tem valores a receber.

  
fl. 3 de 6



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

Ato contínuo, usou da palavra ainda, igualmente por até quatro minutos, a secretária executiva do Consórcio Intermunicipal de Saúde, a Sra. Lenir Gerônimo de Souza; o diretor do Hospital Regional Albert Sabin de Alta Floresta, o Sr. José Marcos Santos da Silva; e Dra. Nelma Betânia Sicuto, representando o deputado estadual Romoaldo Júnior.

Dando sequência as falas, fez uso da palavra, com o tempo livre, o Promotor de Justiça da Cidadania da comarca de Alta Floresta, o Dr. Luciano Martins da Silva, qual, entre outros assuntos, ressaltou que não é segredo que o país como um todo vive uma grande crise no setor público de saúde, no entanto, agravando-se ainda mais ultimamente, conforme tem percebido em aproximados seis anos de exercício na função nesta região. Pontuou que, é fato, que, em parte, o problema se deve a ausência de recursos, no entanto, por outro lado pela má gestão, falta de compromisso, falta de honestidade, falta de priorizar a saúde, enfim. O promotor deixou registrado também que os discursos são sempre favoráveis de resolução dos problemas, contudo, ocorrem-se as transições de governo nada acontece. Pontuou ainda que as ações do Ministério Público, bem como da Defensoria, de recorrer ao judiciário para determinadas questões, é algo paliativo, não atua na causa do problema que é má gestão, portanto, que serão solucionados somente quando tiver um gestor que tenha compromisso. Mencionou que, se em todos os âmbitos, os gestores e técnicos agissem com honestidade e competência, metade dos problemas da saúde, sem dúvida, resolveriam. Disse que na prática vêem-se muitas pessoas com boa vontade, porém, isto fica no âmbito das discussões e depois não mais se fala sobre o assunto, com isto, afetando a classe mais baixa da sociedade que não tem condições de buscar por atendimento particular. Entre outros assuntos, o promotor de justiça orientou que **este trabalho de discussão tem que ter continuidade**, tanto no âmbito jurídico como também político, **é preciso a organização de um plano de trabalho**. Frisou ainda que conversa, reuniões, promessas não bastam, é preciso documentos assinados. A questão dos leitos de UTI em Alta Floresta, o promotor cientificou que decorre de um acordo (TCA) firmado em 2009 envolvendo o município de Alta Floresta, o estado de Mato Grosso e o Ministério Público, e que isto encontra-se ajuizado em uma ação de execução deste acordo. O representante do Ministério Público fez menção a questão do atraso das clínicas e dos médicos, o que resultou numa paralisação parcial do hospital regional, qual continua com problema de atendimento na área de obstetria. Informou sobre um procedimento no Ministério Público, de que existe uma ação semelhante, onde o MP já bloqueou recursos do estado para o retorno dos trabalhos, porém, todos os anos o problema e sempre o mesmo e isso vem desde o governo Silval Barbosa. Dr. Luciano pontuou que uma solução definitiva para isto, no âmbito jurídico não é possível, pois o problema está na gestão, no âmbito político e, quem tem esta força, são os representantes do povo e o próprio povo, para isto, é **necessário buscarem um meio de cobrar do governo do estado de mato grosso uma solução definitiva para estes problemas**. Concluiu dizendo que, logicamente, o Ministério Público é parceiro para resolver as questões, que está a

fl. 4 de 6



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

disposição. Segundo Dr. Luciano, na última reunião do Conselho Municipal de Saúde, quando o atual Secretário Municipal de Saúde (Dr. Tiago) ainda presidente, fora discutido esta questão dos atrasos e, na ocasião, havia pedido para que se providenciasse a documentação que comprova o atraso dos repasses e, que partir disto, poderia se estudar uma providência mais efetiva. Registrou também que a própria Procuradoria Jurídica do município poderia tomar providências. Entretanto, se assim preferissem, **reiterou que fosse reunida toda a documentação comprobatória, inclusive dos demais municípios que se encontram com os seus repasses atrasados, e encaminhados ao Ministério Público, que o MP, seja no âmbito da promotoria, do patrimônio público ou ambas, tomaria providências para tentar resolver o problema**, embora que não seja garantia de solução, mas fariam o que tivesse ao alcance, para isto, **precisando que os municípios o subsidiem com documentos e informações.**

Na sequência, transcorreu a fase das perguntas, esclarecimentos e contribuições que foram formuladas por escrito no decorrer da audiência, e na medida que cada qual foi exposta, foi assegurada, na sequência, no caso, a respectiva resposta por quem de direito, o que transcorreu da seguinte forma:

Primeiramente deu-se a pergunta do Sr. Manoel, do bairro Boa Nova 2, o qual indagou o porque é tão difícil fazer exames, a exemplo de endoscopia, o que foi esclarecido pelo Sr. José Marcos, Diretor do Hospital Regional.

Em seguida, deu-se a pergunta da Sra. Talita do bairro Boa Nova 2, pergunta esta que o Sr. Presidente definiu que se buscasse uma maior clareza junto a indagadora interessada.

Em seguida, transcorreu a pergunta do Sr. Aldeci Gomes de Souza, do bairro Jardim das Flores, o qual perguntou qual seriam as razões da esposa estar na fila à seis meses aguardando uma ressonância magnética. O Diretor do Hospital Regional José Marcos esclareceu o interessado, pedindo ao mesmo que inclusive o procurasse no Hospital. Além disto, complementou o assunto a Secretária Municipal de Saúde de Carlinda, Talyta.

Uma outra pergunta trazida foi a do Sr. Josemar, do bairro das Camélias, que indagou ao representante do Ministério Público o que seria feito com as assinaturas após esta audiência. Dr. Luciano esclareceu que a audiência foi organizada pela Câmara de Vereadores, mas que o Ministério Público estava a disposição para continuidade.

Seguidamente, deu-se a pergunta do Sr. Jonatan Carvalho, que perguntou que, como se trata de uma audiência da saúde, se não deveria ter um representante do estado. Vereador Emerson explanou dizendo que o convite foi enviado, porém não houve justificativa do não comparecimento.

f. 5 de 6



Estado de Mato Grosso  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ALTA FLORESTA**  
Poder Legislativo

Para concluir, deu-se a última pergunta, do Sr. Manoel do bairro Boa Nova, qual indagou o porquê de não contratar profissionais da saúde para ser secretário de saúde, pois da última vez foi contratado de outro município, qual pegou o dinheiro e foi embora. Vereador Emerson esclareceu e teceu alguns comentários a respeito da indagação do cidadão.

Em seguida, terminada a fase da participação do público presente, o senhor Presidente, Vereador Emerson, anunciou que todos os encaminhamentos e conclusões que surgiram durante os debates, fariam parte do relatório final de audiência pública e seriam encaminhados às autoridades competentes e disponibilizado a todos os interessados no site oficial da Câmara de Alta Floresta.

Assim sendo, registra-se as seguintes conclusões e encaminhamentos desta audiência pública:

- 1) Organização de um plano de trabalho;
- 2) Estabelecer meios de cobrar incessavelmente do Governo do Estado de Mato Grosso uma solução definitiva aos problemas que envolvem a saúde pública no município e região;
- 3) Organizar uma grande caravana de prefeitos, vereadores, sociedade organizada, enfim, para irem à Capital e cobrar soluções
- 4) Todos os municípios que compõem o consórcio enviem à Câmara Municipal de Alta Floresta documentos e informações relacionadas aos repasses atrasados, entre outras demandas;
- 5) Reunir toda a documentação comprobatória recebida e encaminhar ao Ministério Público, para que este, subsidiado de documentos e informações, adote as providências cabíveis à resolução dos problemas.

Alta Floresta, Mato Grosso, em 16 de março de 2018.

  
Vereador EMERSON SAIS MACHADO  
Presidente da Câmara Municipal de Alta Floresta

fl. 6 de 6